

Confrontando a desordem internacional

JORGE EDUARDO S. DURÃO¹

A rede internacional de ONGs do *Social Watch*, com membros ativos em mais de 50 países, e um razoável respaldo internacional e ampla legitimidade amplamente reconhecida, não poderia deixar de fazer, como de fato já começou, um movimento cuidadoso de revisão de suas estratégias, num momento em que ocorrem, com força avassaladora, mudanças dramáticas do cenário internacional, produzindo uma profunda reversão de expectativas.

O esforço de atualização das estratégias do *Social Watch* exige, como primeiro passo, a explicitação dos seus pressupostos relativos à interpretação do significado geral dos processos deflagrados pelo Ciclo Social das Nações Unidas. Inclusive no tocante ao alcance relativo da implementação dos acordos e do cumprimento das metas, perante outros processos econômicos, políticos e sociais da maior relevância.

Uma série de fatores pode estar comprometendo radicalmente os impactos dos esforços de implementação dos compromissos das conferências que são a referência para a atuação do *Social Watch*. Entre estes estão a instabilidade da economia mundial; as novas guerras (e aquelas que se perpetuam); as crises financeiras catastróficas que desmantelam a economia de muitos países – inclusive alguns dotados de recursos e com inserção consolidada na modernidade, como é o caso da Argentina –; e a sucessão de desastres ecológicos.

Devemos nos perguntar se construímos as nossas estratégias sobre as bases de uma interpretação pouco consistente do contexto mundial, no qual se inseriu o Ciclo Social das Nações Unidas – o qual se apoiaria na premissa inquestionada de que se inaugurava efetivamente um processo virtuoso de desenvolvimento social, de desenvolvimento humano, de redução das desigualdades, de avanço rumo à sustentabilidade e de afirmação da universalidade dos Direitos Humanos. A resposta mostrará se, apesar do monitoramento rigoroso e crítico (revelando que muitos países não tiveram nenhum avanço e outros ficaram piores do que antes do Ciclo Social das Nações Unidas), contribuimos ou não, para alimentar ilusões acerca das perspectivas da humanidade no futuro próximo.

Se ilusões havia, é possível que estas estivessem informadas por crenças mais abrangentes na natureza das vertiginosas transformações do contexto mundial. Em especial pela aposta que muitas ONGs fizeram no significado – segundo se supunha, radicalmente novo – da globalização, e na esperança de que havia se iniciado um processo promissor, embora pleno de incertezas, de avanço no sentido de uma globalização política. Esta nos esboçava um horizonte no qual se encontrariam novas formas de participação e de exercício da democracia, pela constituição de um novo ordenamento jurídico supranacional e de um sistema multilateral – que superasse as assimetrias de

poder entre os povos e as nações que caracterizam a ONU e demais instituições multilaterais. Como discutiremos aqui, um olhar por pouco atento que seja ao atual cenário mundial parece desautorizar essas esperanças.

Promessas quebradas

O reconhecimento dos acúmulos realizados internacionalmente pelas organizações da sociedade civil, tanto em Pequim (Conferência da Mulher, Desenvolvimento e Paz) quanto em Copenhague (Conferência de Desenvolvimento Social), e nos processos + 5, não deve impedir o reconhecimento de que o Ciclo Social das Nações Unidas chegou a certo impasse ou esgotamento. Vários elementos reforçam essa constatação. A falta de vontade política de cumprir os compromissos de Copenhague, demonstrada pela maioria dos governos, autorizou a constatação de Juan Somavia² de que a receita de Copenhague, mesmo partindo de um diagnóstico adequado, não foi aplicada.

Apesar de a Conferência de Pequim ter-se distinguido de Copenhague (que envolveu um grande número de atores e de políticas) pela presença de um ator identificado com a sua agenda (o movimento de mulheres), Pequim+5 também não constatou maiores avanços. Segundo o balanço feito por diversas organizações de mulheres, estas têm sido as mais prejudicadas pela globalização, continua em marcha a *feminização* da pobreza, e se reconhece o fato de que a situação das mulheres continua muito atrasada, tanto em relação ao sistema econômico quanto à sua participação na gestão governamental.

As ONGs que participam da iniciativa *Social Watch* avaliaram a Conferência de Monterrey nos seguintes termos:

“não somos parte do Consenso de Monterrey. Com ele não se cumprirão as metas do Milênio. O chamado financiamento do desenvolvimento fora derrotado antes mesmo de começar a Conferência no México, para atender às exigências do presidente Bush.”

Como lembra Jean Pierre Leroy, a Rio-92 não aconteceu em vão: *“hoje, a preocupação com o meio ambiente não é mais considerada um luxo frente a outras questões consideradas como os verdadeiros problemas da humanidade. A sua manutenção é associada às lutas do campesinato e dos povos tradicionais; setores operários começam a perceber que não*

¹ Diretor da Fase e secretário-geral da Associação Brasileira de ONGs, faz parte do Grupo de Referência do *Observatório da Cidadania*.

² Embaixador chileno que presidiu a Cúpula Mundial do Desenvolvimento Social.

podem sacrificar a sua saúde e a dos outros sob o pretexto de manter seu emprego; discussões sobre a água, sobre uma alimentação sadia, sobre os Organismos Geneticamente Modificados – OGM's associam o mundo rural e o urbano”.

Leroy mostra que na conferência foram travadas batalhas decisivas nas questões de energia, biodiversidade e florestas, comércio, campesinato e agroecologia e justiça ambiental, a maioria perdida pelos grupos defensores da sustentabilidade. Isso não impede que o próprio Leroy e a maioria dos/as observadores/as comprometidos/as com as deliberações da Rio-92, tenham considerado a Conferência de Johannesburgo como um fracasso retumbante. Atila Roque, do Ibase, escreveu:

“a Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável (Rio + 10), recém-encerrada na África do Sul, pode ser vista como o evento que simboliza o fim de uma era de esperanças frustradas. Um período que ficou conhecido, entre os que acompanham o debate internacional, como a década das promessas quebradas, uma alusão aos compromissos sociais assumidos e não cumpridos pelos governos.”³

Os bloqueios e dificuldades para a universalização efetiva dos Direitos Humanos transcendem o plano conceitual e esbarram nas percepções e nas questões práticas decorrentes do atual cenário mundial. Este cenário se revela extremamente adverso à transferência da proposição da universalidade e indissolubilidade dos Direitos Humanos – proclamada pela Conferência de Viena – do plano puramente normativo (relativo ao que deve ser) para o plano das realidades.

A universalidade permanece assim, na pior das hipóteses, uma mera ficção jurídica e uma ilusão ideológica. Uma hipótese mais otimista faz dos Direitos Humanos a legítima “plataforma libertária do nosso tempo”,⁴ sem cair, porém em ilusões acerca do estado em que se encontra hoje a sua real implementação.

Passando agora mais concretamente aos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (Desc), constatamos uma brutal defasagem entre o pressuposto jurídico da sua efetiva vigência – com base no qual envidamos esforços para efetivar a sua exigibilidade e *justiciabilidade* – e os processos sociais e econômicos em curso nas duas ou três últimas décadas.

As condições de vida da maior parte das populações do hemisfério sul têm piorado cada vez mais. Isto graças à ainda forte hegemonia das políticas macroeconômicas neoliberais – que determinam o movimento de globalização econômico-financeira – e do Consenso de Washington – que ainda lhes dá sustentação política. Na Europa, tradicional baluarte do Estado de Bem-Estar

Social e da ajuda ao desenvolvimento, as pessoas pobres e marginalizadas também vêm perdendo direitos e benefícios sociais de forma acelerada. Com isso, cresce o clima de insegurança, de violência e de individualismo nestas sociedades.

O caos social e a insustentabilidade atingem grande parte da população mundial. Esta é vítima do fenômeno crescente da fome; do aprofundamento das injustiças; do aumento da desigualdade social e do desemprego dito estrutural; da pobreza e da marginalização social; assim como da radicalização dos preconceitos étnicos, raciais, religiosos, de gênero e de comportamento, e da desenfreada degradação ambiental. O livre mercado sem regulação social-pública, a flexibilização e desregulamentação do mercado de trabalho e a promoção de uma lógica de competição selvagem são travestidos de soluções para esses problemas, quando, na verdade, são parte das suas causas.

Falar de afirmação dos Desc nesse contexto parece uma irrisão. Analisando a inserção da América Latina nesse contexto, José Luis Fiori⁵ descreve um quadro altamente regressivo, mostrando que o consenso em torno do modelo neoliberal:

“Perdeu força, mesmo nos organismos multilaterais de Washington, na medida em que se sucediam as crises financeiras de 1994, no México; 1998, no Brasil; 2001 na Argentina e, agora em 2002, de novo no Brasil. E ainda mais, quando se olha para o panorama conjunto da América do Sul, depois de uma década, e se constata que a pobreza atingiu cerca de 44% da população enquanto o desemprego duplicava, durante a década de 1990. Hoje, as projeções de crescimento para 2002 são negativas e a região já amarga uma queda de 30% no volume de entrada de investimento estrangeiro direto. A Argentina deve fechar o ano de 2002 com uma queda de 12% do PIB, liderando uma recessão e/ou desintegração econômica que atinge também o Uruguai, o Paraguai, o Equador, a Bolívia, o Peru e a Venezuela, enquanto na Colômbia se enfrenta um processo de guerra e desintegração territorial. Resumindo, uma certeza percorre a América Latina: a década liberal foi um retumbante fracasso, e deixou o Continente sem rumo, apesar de que sua situação lembre um quadro parecido, na segunda metade do século XIX, quando os ingleses e demais países europeus também tiveram que se enfrentar com a expansão geométrica do endividamento de suas periferias, e como consequência imediata, com suas falências e moratórias nacionais”.

Paralelamente a esse quadro de retrocesso generalizado no tocante à efetivação dos Desc, a América Latina vive um processo de enfraquecimento de suas sociedades civis e de crise política e institucional grave, apesar de multiforme.

3 Atila Roque. “Esperanças quebradas”. In: *Jornal do Brasil*, de 11/09/2002.

4 Para utilizarmos a expressão do professor Boaventura de Souza Santos.

5 “O Brasil no Império Americano”, texto apresentado no seminário nacional *Metrópoles entre a coesão e a fragmentação, entre a cooperação e o conflito* promovido pelo Observatório de Políticas Públicas Ippur/UFRJ – Fase.

No caso brasileiro, a sociedade e, em particular, os candidatos à Presidência da República estão sendo confrontados neste momento com o dilema de renunciarem a quaisquer propósitos de mudança ou serem responsabilizados pelo agravamento de uma crise financeira que já assume proporções alarmantes. Enquanto isso, a mídia – que expressa os interesses do mercado financeiro internacional –, o megaspeculador George Soros, as agências de risco e outros observadores menos cotados, ameaçam o país ou a economia brasileira de seguirem o caminho da Argentina e “sangrarem até a morte” (Soros). Nessa situação, paira uma sombra desanimadora sobre a capacidade dessas sociedades de conquistarem avanços significativos do ponto de vista da ampliação e efetivação dos Desc.

Em relação ao direito ao desenvolvimento, não podemos esquecer a sucessão de fracassos das Nações Unidas, já que esta havia proclamado, há mais de 30 anos, os anos 70 como “a década do desenvolvimento”. Portanto, é extremamente melancólico que agora as “Metas do Milênio” se contentem com medíocres objetivos como o de reduzir a fome e a indigência à metade, por volta de 2015.

Depois dessa rápida revisão dos resultados do Ciclo Social, e da verificação de que grande parte das suas decisões não foi implementada, não causa espanto constatar que até mesmo o coordenador do Programa de Relações Internacionais da ONU, Mahendra Shah, tenha declarado em recente visita ao Rio de Janeiro, que:

“o modelo está falido porque todo ano nos reunimos para dizer que vamos reduzir determinado problema, mas nunca conseguimos, de fato, fazer isso”.

A (ir)relevância da ONU

“a ONU servirá ao propósito para o qual foi criada ou é irrelevante?” (George W. Bush). Analisando a estratégia norte-americana, Samuel Pinheiro Guimarães afirma que:

*“a grande estratégia política americana pode ser resumida na idéia de manter a hegemonia política americana em âmbito mundial, adquirida com a Segunda Guerra, através de um sistema político internacional que garanta a igualdade soberana dos Estados, sem contestação pela força de suas fronteiras, e a autodeterminação para fins de organização política interna”.*⁶

Pinheiro Guimarães informa ainda que essa grande estratégia tinha como objetivo intermediário, entre outros:

*“implantar por tratado e preservar uma organização política internacional, de âmbito universal, de duração indefinida e garantir o direito de veto dos Estados Unidos nas decisões dessa organização e a preponderância das decisões do governo americano sobre qualquer decisão internacional”.*⁷

Essa interpretação realista do contexto histórico do surgimento da Organização das Nações Unidas não diminui em nada o nosso reconhecimento da validade e atualidade dos princípios consagrados no preâmbulo da Carta das Nações Unidas, fundados na aspiração de:

“preservar as gerações futuras do flagelo da guerra que duas vezes no espaço de uma vida humana infligiu à humanidade indizíveis sofrimentos”.

Passando por cima de mais de 50 anos de história e das vicissitudes da página virada da guerra fria, é preciso reconhecer que esse objetivo intermediário foi plenamente realizado, a ponto de já se encontrar superado hoje por novas e maiores ambições. Parece inevitável que nos questionemos acerca da permanência ou não dos princípios da garantia da *“igualdade soberana dos Estados, sem contestação pela força de suas fronteiras, e a autodeterminação para fins de organização política interna”* como parâmetro efetivo do funcionamento da ONU.

Particularmente no que diz respeito à atuação do Conselho de Segurança, fica evidente a desigualdade entre Estados soberanos, do que é exemplo claro a aplicação seletiva de suas resoluções, algumas das quais são implementadas *manu militari* (por exemplo, no caso do Iraque), enquanto outras permanecem letra morta (por exemplo, resoluções contrárias a Israel e favoráveis ao reconhecimento dos direitos do povo palestino).

Tampouco a autodeterminação dos povos e o respeito pela integridade das fronteiras parecem pesar muito nos tempos atuais quando a eles se contrapõe a única superpotência restante. O escritor Gore Vidal fala de cerca de 250 intervenções militares dos Estados Unidos desde 1948, mas basta lembrar aqui Granada e Panamá.

A assimetria das relações internacionais chegou a uma situação de tal forma absurda que parece fazer parte do senso comum e não causa nenhum espanto o fato de o Estado que detém o maior arsenal atômico e a maior concentração de armas de destruição em massa (e o mesmo governo que derrubou o protocolo contra as armas biológicas) considerar uma ameaça o fato de outro Estado possuir esse tipo de armamentos.

6 Cf. “Quinhentos anos de periferia”, S. Pinheiro Guimarães, Editora da Universidade / UFRGS e Contraponto, 1999, p. 85.

7 Idem, ibidem.

O anunciado ataque ao Iraque dos Estados Unidos é emblemático desse novo patamar de controle do sistema das Nações Unidas exercido pela potência hegemônica. Nos termos propostos hoje pelos EUA, a guerra contra o Iraque – com suas complexas motivações que vão do petróleo ao intento de reafirmar a hierarquia de poder entre os Estados, o que não nos impede de reconhecer o quanto é abominável e monstruosa a ditadura de Saddam Hussein –, constitui uma flagrante violação do Direito Internacional. Representará, nas palavras insuspeitas de Henry Kissinger,⁸ uma ruptura com o sistema de Westfália, que embasa o sistema internacional desde 1648 (quando a Paz de Westfália pôs fim à sangrenta Guerra dos Trinta Anos). Sistema esse segundo o qual um Estado não deve intervir nos assuntos internos de outros Estados. Kissinger chega às raízes do cinismo, sem perder a coerência lógica na defesa unilateral dos interesses norte-americanos, deixando claro que, na sua opinião, esse direito de intervenção deve ser reservado aos Estados Unidos e aos aliados que atuam sob a sua mais estrita orientação.

A nova realidade das relações internacionais, que coloca a ONU no olho do furacão, talvez tenha sido definida nos termos dos vencedores, com absoluta clareza, pelo diplomata britânico e consultor de Tony Blair, Robert Cooper. Cooper prega “um novo internacionalismo e uma nova doutrina de intervenção humanitária que poria limites à soberania dos Estados”. Segundo ele:

*“o desafio para o mundo pós-moderno é o de se acostumar à idéia de duplos padrões. Entre nós, nós operamos na base de leis e segurança cooperativa aberta. Mas quando lidamos com tipos de Estados mais antiquados, fora do continente pós-moderno da Europa, precisamos voltar aos métodos mais duros de uma era mais primitiva – força, ataque preventivo, e engano, tudo o que seja necessário para lidar com aqueles que ainda vivem no mundo do século XIX de cada Estado por si. Entre nós, guardamos a lei, mas quando estamos operando na selva, precisamos também usar as leis da selva”.*⁹

No âmbito das agências especializadas, o desgaste do sistema ONU atinge de forma mais evidente aquelas voltadas para o desenvolvimento. No entanto, o episódio da demissão por imposição dos Estados Unidos do secretário da Agência das

Nações Unidas para o Controle das Armas Químicas, o diplomata brasileiro, José Bustani, e o veto destes à continuidade de Mary Robinson¹⁰ nas funções de alta comissária para os Direitos Humanos mostram que os estragos são generalizados.

Como que passando recibo do esgotamento do Ciclo Social das Nações Unidas, o secretário-geral da ONU, Kofi Anan, procura ajustar os seus ponteiros com as transnacionais (“the global compact”) e as IFMs, enquanto Bush (com o seu unilateralismo) vai fazendo *tabula rasa* de um acordo internacional após outro. Aliás, a posição das empresas transnacionais na correlação mundial de poder é outro elemento-chave nesta discussão. Sobretudo se considerarmos que boa parte dos 191 países-membros da ONU representa menos economicamente do que as grandes transnacionais.

Há que considerar ainda a séria crise de legitimidade a que a ONU fica exposta em decorrência da estratégia norte-americana de acioná-la ou não em distintas circunstâncias, ora recorrendo à Otan, ora agindo de forma totalmente unilateral (Afeganistão).

Desse modo, aqueles e aquelas que compreendem a importância histórica da ONU, e sonhavam vê-la como embrião de um verdadeiro sistema global (isto é supranacional, e não puramente internacional) – que contribuiria para pôr fim às guerras e estabelecer a equidade entre as nações – são forçados a admitir a penosa hipótese de que a ONU possa estar destinada a repetir o destino da Liga das Nações e se tornar um mero instrumento para a política americana e, conseqüentemente, totalmente irrelevante para os demais Estados e para a própria humanidade.

Cenário mundial ambíguo

A grande dificuldade para nos situarmos perante o desafio quase paralisante de entender o atual contexto internacional parece residir no fato de que geralmente tendemos a escolher entre dois modelos excludentes de leitura da realidade. Os/as que acreditam na globalização como uma ruptura irreversível com a ordem internacional, baseada nos Estados nacionais e na sua decadência inelutável, tendem a apostar tudo na emergência de um novo sistema multilateral – constituído de instituições e de um verdadeiro ordenamento jurídico, inclusive com tribunais¹¹ capazes de lhes assegurarem um efetivo poder de sanção – ao qual os Estados nacionais iriam sendo pouco a pouco submetidos. Os/as céticos/as da globalização apostam na continuidade histórica e tendem a interpretar o suposto enfraquecimento dos Estados

8 No artigo em que discute a questão do Iraque, Kissinger estimula e considera inadiável o ataque armado ao regime de Saddam Hussein. Suas considerações sobre a ruptura do sistema de Westfália são uma obra-prima da aplicação da lógica dos “double standards”, já que ele enxerga como possível consequência prática desse ataque a hipótese de que outros países queiram fazer o mesmo. Por exemplo, a Índia pode querer atacar o Paquistão, e assim por diante. Kissinger se preocupa em como conciliar a possibilidade de os EUA atacarem o Iraque com o impedimento de que esse procedimento se generalize de forma inconveniente para os interesses estratégicos dos EUA.

9 Traduzi livremente esta citação de “The Observer – The new liberal imperialism”. Edição impressa do *Observer Today* de 7/04/2002.

10 Substituída pelo brasileiro Sérgio Vieira de Mello, que governou provisoriamente em nome da ONU o Timor Leste e que se propõe a atuar “com mais diplomacia”. Para Vieira de Mello, “criticar a ONU é uma prova de ignorância”.

11 A exemplo do Tribunal Penal Internacional que os Estados Unidos repudiam a ponto de pressionarem os governos da Colômbia, da Argentina e do Brasil a concederem imunidades aos seus soldados em relação a esse tribunal.

nacionais como um processo que atinge alguns Estados, enquanto outros concentram enormes poderes – inclusive no caso dos Estados Unidos uma hegemonia militar incontestável – o que resulta numa clara hierarquia entre os Estados.

No entanto, a ambivalência da globalização em curso, com a inegável expansão e intensificação de fluxos, interações e redes em escala transnacional e global que a acompanham – impondo-se como a representação social maior do atual momento histórico – consiste no fato de que enquanto um conjunto de Estados perde o controle efetivo de suas fronteiras nacionais e sofre restrições mais ou menos severas às suas margens de ação autônomas; outros Estados (e, sobretudo, a potência hegemônica) conservam a plenitude dos seus poderes estatais. Podem até se dar ao luxo de acionar, simultânea e contraditoriamente, ora a agenda da globalização liberal, ora uma política nacionalista (inclusive com uma dose crescente de protecionismo comercial) e a ideologia patriótica e chauvinista reavivada após o 11 de setembro.

Essa situação ambígua sugere a hipótese de que assistimos a uma disputa na cena mundial entre duas tendências que talvez já tenham prevalecido alternadamente no final do século XIX e ao longo do século XX. Em primeiro lugar, a tendência a uma crescente ampliação dos fluxos comerciais entre as nações, sob a hegemonia imperial britânica, que produziu a globalização e atingiu o seu auge às vésperas da Primeira Guerra Mundial. Depois, a ruptura de vários países com a economia mundial no período da Grande Depressão e da Segunda Guerra, e o surgimento de blocos fechados durante a Guerra Fria. Finalmente, o novo ciclo de globalização do final do século XX e início deste novo século.

Não é possível desenvolver aqui as distintas linhas de interpretação dessas tendências que, a partir de visões contraditórias do atual período histórico, poderiam nos levar a apostar numa nova volta do pêndulo de um movimento cíclico do capitalismo. Por exemplo, através da desestruturação da atual economia mundial hegemônica pelos EUA, com a constituição de uma nova hegemonia. Assim como poderiam nos levar a apostar no aprofundamento do movimento da globalização, inclusive com a constituição de um *Império* que constituiria uma nova estrutura de poder no centro da nova ordem mundial.¹²

Entretanto, a violência e arbitrariedade já presentes neste contexto global fazem com que até mesmo muitas pessoas que apostaram no fim das fronteiras nacionais e no nascimento de uma nova sociedade civil e política planetária, nascida da globalização, estejam agora ressabiadas. E tomando consciência de que a importância e a hierarquia dos Estados está mais viva do

que nunca e é, já agora, marcada por uma gritante diferença de poder entre eles – o que faz com que o predomínio do Direito na ordem internacional esteja subordinado, em todas as situações, aos *double standards* acima apontados.

Assim, não podemos cair na esparrela de dar um tratamento genérico à questão da soberania nacional e da democracia no contexto da globalização. Não podemos nos deixar embair por uma aceitação de declínio da soberania nacional, eivada de servilismo, que marca o pensamento de grande parte das elites latino-americanas e brasileiras.

Essas elites expressam com pragmatismo e pretenso realismo político a idéia de superação da noção de soberania, contestando os/as que reivindicam uma inserção internacional soberana dos nossos países na economia internacional. O argumento que defendem é de que esse projeto é inviável no contexto de:

*“uma realidade mundial policêntrica, em cujo âmbito as negociações e a redefinição das diferentes instituições multilaterais são um processo contínuo”.*¹³

Nessa linha de argumentação, chama a atenção a neutralidade (ou indiferença) ética com que se constata a hierarquia dos poderes mundiais, nos quais fica evidenciado que todos são iguais, mas uns são mais iguais do que os outros. Essa diluição das soberanias nacionais significaria, pura e simplesmente, que um governante latino-americano *realista* deveria saber se adequar às diretrizes emanadas dos centros do poder globalizado, para não correr o risco de ver o seu governo desestabilizado pelo *mercado* ou agredido pelo *Império*.

Redirecionando forças

As organizações da sociedade civil, em escala global, estão desafiadas a realizar um esforço para resgatar os acúmulos de mais de uma década, inclusive aqueles que decorreram da participação das ONGs no Ciclo Social das Nações Unidas. Além disso, reconhecer em bases realistas a atual desordem internacional e a ameaça de decomposição do sistema internacional centrado na ONU. Mas este cenário não deve nos levar a conclusões precipitadas que façam *tabula rasa* dos esforços de construção do direito internacional realizados ao longo do último meio século, lentos e incertos é verdade – mas nem por isso menos relevantes, sobretudo no que tange à proteção e defesa dos Direitos Humanos.

Analisando as origens da nossa época e as transformações que precederam a etapa da globalização que culminou com a Primeira Guerra Mundial, Karl Polanyi não apenas mostrou o caráter singular e destrutivo da separação do mercado das demais instituições sociais, constituindo-se numa esfera autônoma, “auto-regulável”.

¹² Referenciamos, a propósito dessa discussão, entre outras, as obras de Giovanni Arrighi e Beverly J. Silver (“Caos e governabilidade no moderno sistema mundial”, Contraponto, Editora UFRJ, maio de 2001); e de Michael Hardt e Antonio Negri (“Império”, Editora Record, 2001).

¹³ Para utilizarmos as palavras de um banqueiro e ex-ministro das relações exteriores do Brasil.

Mas também analisou os esforços de autoproteção da sociedade e a ruptura que acompanhou o fracasso do sistema internacional na década de 1920. Aqui nos interessa apenas lembrar que as necessidades da situação decorrente da crise dos anos 20 do século passado resultaram também em algumas saídas para o impasse atingido pelo capitalismo liberal que tinham um caráter degenerativo evidente. Era o caso do fascismo, descrito como:

*“uma reforma da economia de mercado, alcançada ao preço da extinção de todas as instituições democráticas, tanto no campo industrial como no político”.*¹⁴

Outra lição do passado que se prende a esse período é a constatação de que o forte impulso dos nacionalismos, que se seguiu à Primeira Guerra, não apenas contribuiu decisivamente para o surgimento de ditaduras belicosas, como serviu de justificativa para a privação de direitos por parte das “minorias nacionais”, em muitos casos. O resultado foi o surgimento de refugiados/as e “apátridas”, vítimas de toda sorte de violações dos Direitos Humanos, perpetradas pelos Estados totalitários.

Tendo em vista as analogias com as referidas situações históricas que podem nos ajudar a enfrentar as dificuldades próprias dos tempos atuais, vamos nos limitar a levantar poucas indagações que constituem questões-chave para repensarmos a atuação da sociedade civil neste cenário.

1. O reconhecimento da situação de falência para a qual caminha o sistema ONU coloca a exigência de pensarmos alternativas a uma atuação das ONGs, muito marcada pela espécie de diplomacia exercida no âmbito das Nações Unidas, no período do Ciclo Social. Trata-se não apenas de definir outros espaços privilegiados de atuação – opinião pública em geral, atuação direta com governos, redes e articulações da sociedade civil, movimentos antiglobalização neoliberal, e em especial o espaço do Fórum Social Mundial. Mas construir uma plataforma societária para a questão da governança mundial, indo além do debate sobre a reforma das atuais instituições multilaterais, e formulando propostas que apontem para uma efetiva democratização do sistema de poder internacional.
2. Como apontamos no começo, ao longo do Ciclo Social, muitas organizações incorporaram de forma pouco refletida a perspectiva de um processo virtuoso de mudanças. Como se o mundo vivesse sob a égide de uma estratégia global de desenvolvimento social, o que talvez tenha contribuído para nos deixar hipnotizar pelas metas (de Copenhague, do Milênio etc.) –, e a prestarmos pouca atenção às dramáticas ações e iniciativas dos países ricos e do capital financeiro que produzem brutais retrocessos em relação a essas mesmas metas. A sugestão que faríamos aqui é a de reorientarmos o monitoramento e a avaliação dos avanços e retrocessos no tocante às nossas referências fundamentais – democracia, redução da pobreza e das desigualdades, sustentabilidade etc – de maneira que contemple um conjunto de processos que afete de forma relevante (positiva ou negativa) esses objetivos. Escapariamos assim da armadilha de circunscrevermos o nosso monitoramento a metas muitas vezes insuficientes e de legitimarmos implicitamente os marcos políticos e institucionais da sua definição (por exemplo, engolir implicitamente as políticas de ajuste estrutural como ocorre quando se diz que elas devem ser compatibilizadas com os compromissos de Copenhague).
3. A conjuntura ameaçadora pós-11 de setembro, a ameaça iminente de guerras em escala cada vez mais assustadora, e a debilidade das respostas a essas ameaças – dadas por alguns países que dispõem em princípio de poder para resistirem a essa situação –, exigem uma ação mais coordenada das organizações e movimentos da sociedade civil. Uma percepção clara de que se trata de uma situação de emergência para a defesa da paz mundial. No que diz respeito ao *Social Watch*, trataria-se de coordenar a sua agenda com a do Fórum Social Mundial, cujos principais eixos de discussão e mobilização coincidem com as preocupações e questões aqui formuladas. ■

14 Karl Polanyi, “A Grande Transformação”, Editora Campus, 2000, p. 276.